



PODER

Servidor tem aumento, mas sem penduricalho

Lula veta incorporação de benefícios ao contracheque, com efeito multiplicador nos salários e que fura teto do funcionalismo. Aprovado a toque de caixa no Congresso, projeto contou com o apoio dos líderes dos principais partidos governistas e da oposição

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, as leis que concedem reajuste, neste ano, a servidores da Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU), e que também atualiza os respectivos planos de carreira. Porém, vetou trechos que criam novos benefícios para os servidores — os penduricalhos —, que podem extrapolar o teto salarial do funcionalismo, de R\$ 46.366,19, e reajustes escalonados nos próximos três anos. A decisão foi publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU).

Assim, em 2026, os servidores efetivos e de carreira ganharão 9,25% de reajuste. Os que ocupam cargos comissionados terão um aumento ponderado de 8,63%. Os penduricalhos vetados são os aumentos graduais nos salários de 2027, 2028 e 2029; pagamentos retroativos de despesas continuadas; e a criação de uma licença compensatória que previa dias de folga que poderiam ser convertidos em dinheiro no caso de atividades extras, como sessões noturnas, auditorias e plantões.

A aprovação pelo Congresso dos projetos de lei para seus servidores gerou embate com o Supremo Tribunal Federal (STF), no início do mês. Câmara e Senado fizeram passar rapidamente, e com pouco debate nos plenários, os dois PLs com reajustes e novos benefícios.

Segundo os textos aprovados, o salário poderia chegar a R\$ 77 mil, quase o dobro do que ganham os ministros do Supremo, que é o parâmetro definido como teto do funcionalismo. Com a repercussão negativa dos PLs, o ministro Flávio Dino, do STF, suspendeu por 60 dias o pagamento dos penduricalhos, prazo para que os Três Poderes justificuem os benefícios.

Ao suspender os penduricalhos, Dino fez duras críticas aos contracheques milionários que se espalham pelo

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidente rejeitou a possibilidade de aumentos progressivos serem concedidos ao funcionalismo nos três anos seguintes ao mandato atual



A sanção parcial mantém recomposição prevista para 2026 e moderniza as carreiras. Foram vetados escalonamentos após o atual mandato, licença compensatória com possibilidade de indenização acima do teto e regras que contrariavam a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal"

Trecho de comunicado da Presidência da República explicando o veto aos penduricalhos

funcionalismo, classificando-os como "violação massiva" da Constituição. "Por este caminho (suspensão), certamente será mais eficaz e rápido o fim

do Império dos Penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos servidores públicos e para a eficiência e dignidade do



Por este caminho (suspensão), certamente será mais eficaz e rápido o fim do Império dos Penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos servidores públicos e para a eficiência e dignidade do serviço público"

Trecho da decisão do ministro Flávio Dino, do STF, criticando a incorporação de penduricalhos ao salário bruto

serviço público", frisou.

Na justificativa para os vetos, Lula argumentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe aumentos de despesas com

pessoal que passem a valer após o mandato atual do presidente da República — como os reajustes para os três anos posteriores à atual gestão.

Licença polêmica

A licença compensatória é um dos trechos que mais criaram polêmica — e foi vetada. Segundo os PLs, o objetivo seria remunerar o acúmulo de funções de servidores que ocupam funções comissionadas. A cada três dias de exercício, ele teria direito a um dia de licença — ou seja, até 10 dias no mês.

Além disso, a Câmara poderia indenizar o servidor em vez de conceder a folga. Na prática, a regra permitiria um aumento de até um terço no salário, ultrapassando, em alguns casos, o teto constitucional. A medida não deve entrar em vigor, a menos que os vetos sejam derrubados pelo Congresso.

Além do reajuste apenas para 2026, os trechos aprovados por Lula incluem, ainda, outras mudanças para as carreiras da Câmara, Senado e TCU. As gratificações de desempenho existentes foram substituídas pela Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAE), que adiciona entre 40% a 100% ao vencimento básico do servidor, como incentivo pelo cumprimento de metas e outras métricas internas.

As três carreiras também foram reconhecidas como "típicas de Estado" — ou seja, sem paralelo na iniciativa privada e essenciais ao funcionamento da máquina pública. Para o TCU, especificamente, houve aumento no número de cargos, elevação nos níveis de funções de confiança e exigência de nível superior para todos os postos.

A aprovação dos penduricalhos teve apoio, inclusive, da base governista. Os textos passaram simbolicamente, sem registro dos votos pelos parlamentares. Isso, porém, criou uma saia justa para o presidente, segundo alguns dos seus interlocutores. Afinal, Lula foi colocado no dilema de se indispor com servidores e com o Congresso ou ser criticado por ter autorizando supersalários para o Legislativo em pleno ano eleitoral.

Para o veto, Lula teve respaldo, também, pela forte reação negativa ao projeto junto à opinião pública e a suspensão do pagamento dos penduricalhos pelo ministro Dino.

De uma “questão de justiça” à responsabilidade fiscal

» WAL LIMA

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar os penduricalhos foi interpretada entre parlamentares da base e da oposição como sinalização de responsabilidade fiscal em ano pré-eleitoral. Esse discurso, porém, contrasta com a declaração do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que no dia da votação da proposta — 3 de fevereiro — afirmou que tudo fora previamente aprovado na reunião de líderes pouco antes.

A proposta, que passou simbolicamente, teve relatoria do deputado Alberto Fraga (PL-DF). Ao comentar a decisão de Lula, o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que a derrubada do veto ficará por conta de Motta. Segundo ele, se pautada, o partido votará contra os vetos.

"Como esse é um projeto da Mesa Diretora da Câmara, quem deve se manifestar sobre isso é o

presidente Hugo Motta. Até o PT votou a favor. Se for do interesse do Motta, vamos ajudá-lo [a derrubar o veto]", disse.

Parte da oposição, porém, concorda com a rejeição. A deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que acompanhou a tramitação desde o início, afirmou que o partido havia se posicionado contrariamente desde sempre. "O Novo foi contra todo o reajuste para os servidores do Congresso e do TCU porque o Brasil não suporta mais aumentos no topo do funcionalismo. O presidente vetou os trechos que permitiam pagamentos acima do teto, que eram os pontos mais graves, e isso era o mínimo esperado. O teto constitucional existe para ser respeitado. Ainda assim, o correto teria sido vetar tudo em respeito ao contribuinte", explicou.

Não neste ano

Quanto à apreciação dos vetos presidenciais, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC),

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Sóstenes já anunciou que o PL votará pela derrubada do veto de Lula

afirmou que não deverão ser pautados este ano, em razão da popularidade do tema em ano eleitoral. "Acredito que a Câmara não

vai derrubar os vetos pelo desgaste público. Esse é o primeiro ponto. Acredito que, efetivamente, não vai ter derrubada de veto.

O segundo ponto é que o Supremo (Tribunal Federal) indicou ao Congresso regulamentar a matéria", observou.

Uczai defende que, se pautados, os vetos sejam mantidos e que, a partir do ano que vem, o Congresso discuta regras mais claras sobre os penduricalhos. "Poderia ter o debate sobre o teto, não neste ano, mas discutir o conjunto. Discutir se está de acordo com o valor do salário de um ministro, de um presidente da República, do ministro da Fazenda. Para mim, é manter o veto e o teto como está", indicou.

Para Jonas Donizette (SP), líder do PSB, o veto era esperado diante dos sinais emitidos pelo governo e pela opinião pública. "Acho que ele (Lula) decidiu corretamente, principalmente diante do clamor da sociedade. Também acho que o veto não deve entrar em votação antes do período eleitoral", previu.

Tarcísio Motta (RJ), líder da bancada do PSol na Câmara, avaliou que o veto foi coerente com

a votação. "O veto do presidente foi correto e vai na mesma linha da posição que a federação PSol-Rede defendeu em plenário. A reposição salarial dos servidores é justa, mas não pode abrir brechas para burlar o teto constitucional. Cabe ao Legislativo manter o veto e corrigir o erro cometido", salientou.

Segundo o cientista político Rodrigo Dias, a decisão de Lula reforça um princípio constitucional. "Ao impedir mecanismos que poderiam gerar supersalários por meio de penduricalhos, a decisão sinaliza compromisso com a responsabilidade fiscal", avaliou

Para o economista Alessandro Callil de Castro, "a eventual flexibilização do teto poderia estimular reivindicações semelhantes em outros órgãos e esferas da Federação, produzindo efeito multiplicador nas despesas com pessoal — justamente em um contexto de restrições orçamentárias e busca por equilíbrio fiscal".